

# CURSOS NOTURNOS

## A POBRE ESCOLARIZAÇÃO DOS QUE TRABALHAM

Sueli Cotrim Tenca

### RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar alguns fatores responsáveis pelos altos índices de repetência e evasão apresentados pelos alunos dos cursos noturnos da rede pública estadual de 1º grau.

A presença de grande contingente de alunos de nível sócio-econômico mais baixo nos cursos noturnos parece não ser suficiente como justificativa para o fracasso escolar verificado. A comparação entre cursos diurnos e noturnos sugere a existência de elementos presentes na própria estrutura e funcionamento da escola no período da noite, que dificultam ainda mais a trajetória escolar dos alunos mais pobres.

### SUMMARY

The article presents some variables that provoke the high incidence of retentions and drop-outs of students in the elementary school night shifts.

The low socio-economic level of the majority of these night period students doesn't explain by itself their failures. A comparison between the day and night courses shows that there are aspects in the structure and operation of the late that aggravate the school difficulties of the poorer students.

As questões referentes aos cursos noturnos, particularmente os das escolas oficiais de 1º e 2º graus, têm atualmente merecido destaque no contexto de discussões mais amplas a respeito da democratização do ensino. Isso se deve à crescente deterioração que se vem processando no ensino ministrado à noite, responsável pelos altos índices de repetência e evasão verificados naqueles níveis de ensino.

No sentido de contribuir para o debate sobre o assunto, este artigo tem a intenção de apresentar alguns resultados de trabalhos que abordam a problemática dos cursos noturnos, no que se refere a sua estrutura e funcionamento, características da clientela e situações vivenciadas pelos seus agentes, e que dão uma configuração específica a esses cursos.

É importante, antes de tratar dos problemas candentes que têm aflorado no cenário educacional paulista, recuperar alguns dados sobre as origens da implantação dos cursos noturnos, que estão ligados à maneira peculiar como se deu a expansão no ensino médio no Estado de São Paulo, a partir de 1950.



Beisiegel<sup>1</sup>, procurando detectar os fatores que influenciaram essa expansão, encontrou elementos que indicam ter sido ela motivada por interesses alheios à educação. Esta ocorreu numa conjuntura em que se verificava o incremento da industrialização no Estado e a demanda de setores populares por níveis mais altos de escolaridade, que viam uma possibilidade de ascensão social por essa via. O ensino foi um campo propício à atuação de políticos que buscavam atrair para si os votos de eleitores, levantando a bandeira da oferta de escolas, o que constituiu um dos fatores determinantes do aumento do número de ginásios.

As localidades prioritariamente atendidas foram aquelas mais carentes desse nível de ensino, ou seja, as pequenas cidades do interior e a periferia das grandes cidades.

Contrariamente ao que ocorreu nas cidades menores, onde houve a construção de maior número de prédios destinados especialmente ao ensino secundário, na cidade de São Paulo, principalmente, a criação de vagas no ensino médio verificou-se através da utilização da capacidade ociosa dos grupos escolares já existentes, instalando-se os ginásios no período da noite. Carvalho<sup>2</sup> que fez um estudo a respeito, afirma que os cursos noturnos, sendo procurados por uma clientela já inserida no mercado de trabalho, caracterizaram-se, desde sua criação, "como a oportunidade educacional 'reservada' para os que necessitavam combinar estudo e trabalho assalariado."

Atendendo a uma clientela, na sua maioria, de origem operária e que necessitava trabalhar, esses cursos não se mostravam, no entanto, capazes de responder aos interesses e às possibilidades dos alunos. A dificuldade de conseguir vagas nas escolas públicas, fez com que uma proporção muito grande de alunos deixasse de frequentar o ensino médio, ou então se dirigisse aos cursos noturnos regulares ou supletivos de escolas particulares, em geral de pior qualidade<sup>3</sup>.

Passadas as duas décadas nas quais vigoraram duas leis máximas do ensino, respectivamente a Lei 4.024/61 e a 5692/71, o que se verifica, nesse início dos anos 80, é ainda uma incapacidade da escola de garantir a escolaridade básica para uma parcela significativa da população em idade escolar.

Ainda que tenha havido expansão na oferta de ensino de 1º grau para setores mais amplos da sociedade, a estrutura da escola continua sendo seletiva, excluindo os alunos procedentes das camadas mais pobres da população. Há evidências de que as especificidades decorrentes do fato de os cursos serem ou não noturnos constituem elementos agravantes dessa seletividade.

Dados de 1981, obtidos na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, revelam que 34%, dos 1.325.853 alunos matriculados na rede estadual de ensino de 5ª a 8ª série<sup>4</sup>, estudam à noite. Isso corresponde a 200.703 matrículas nos cursos noturnos da Capital e Grande São Paulo e 247.417, no interior.

Outras informações provenientes de pesquisa realizada em 1980, com amostra de 96 escolas da rede pública estadual<sup>5</sup> indicam a existência de 57,3% de escolas com cursos noturnos de 5ª a 8ª séries, entre as unidades estudadas, evidenciando grande demanda por esses cur-

sos. É interessante notar que no interior verifica-se maior porcentagem de escolas com cursos noturnos (64,6%) do que na Grande São Paulo (54,2%) e na Capital (45,8%), diferentemente do que ocorreu até o início da década de 60, quando o número de escolas com cursos noturnos era maior na cidade de São Paulo.

A maneira como se expandiu a rede física, visando a estender a escolaridade básica para oito anos, implementada a partir da Lei 5692/71, parece fornecer elementos explicativos para essa distribuição desigual entre as três regiões consideradas. Assim, a construção de novas escolas teria se dado preferencialmente na Capital, ainda que em número insuficiente para atender ao acréscimo da demanda provocada pelo constante deslocamento das populações interioranas em direção à cidade de São Paulo e às regiões circunvizinhas, que se soma ao fluxo migratório de outros estados. No interior, a expansão da rede escolar, na última década, teria ocorrido em proporções bem mais modestas, com a criação em menor escala de novas unidades e maior aproveitamento da capacidade ociosa de alguns prédios escolares, através da oferta de vagas no período noturno.

Se por um lado, parte dos alunos, que atualmente frequentam os cursos noturnos aí estão por falta de oferta de vagas no diurno, ou por já terem mais de 14 anos — o que os leva a ser pressionados a se transferir para aqueles cursos —, por outro, há um percentual muito expressivo deles que passa a estudar à noite por necessidade de se inserir de forma mais regular no mercado de trabalho.

Rosenberg<sup>6</sup>, em estudo que procura verificar as relações entre origem social, condições da escola e rendimento escolar de alunos de 1º Grau na Grande São Paulo, encontra dados que revelam a existência de maior proporção de alunos que trabalham no período noturno, confirmando as observações empíricas a respeito das características da clientela desses cursos, tal como registrados em outros estudos.

1 BEISIEGEL, Celso de Rui. Ação Política e Expansão da Rede Escolar. *Pesquisa e Planejamento* (8): 99-198, dezembro 1964.

2 CARVALHO, Célia Pezzolo de. *A Ilusão da Escola e a Realidade do Trabalho*: o ensino noturno de 1º Grau de uma unidade escolar de Ribeirão Preto. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, 1981. mimeo.

3 GOUVEIA, Aparecida Joly. Desigualdades no Acesso à Educação de Nível Médio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 107, v. 48, set. 1967, MEC/INEP, pág. 32, 43.

4 São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional. Centro de Informações Educacionais.

5 FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Departamento de Pesquisas Educacionais. *Educação e desenvolvimento social*. São Paulo, FCC/DEP, 1981, 8v. Subprojeto 1. Estudo da Implantação da Escola de Oito Anos. Este trabalho foi coordenado por Elba Siqueira de Sá Barretto, de cuja equipe a autora deste artigo participou.

ROSENBERG, Lia, *Educação e Desigualdade Social*. Rendimento escolar de alunos de diferentes origens sociais. São Paulo, 1981 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

A tabela abaixo é ilustrativa desse quadro.

**TABELA 1**

**AMOSTRA DE ALUNOS MAIORES DE 10 ANOS  
INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO POR  
TURNO E SÉRIE (1ª à 4ª e 5ª à 8ª): 1979 -  
GRANDE SÃO PAULO**

	1ª a 4ª	5ª a 8ª	
		DIURNO	NOTURNO
Trabalha	6,5	7,7	54,0
Não, mas procura emprego	5,4	7,3	16,0
Não trabalha	88,1	85,0	30,0
<b>TOTAL (N)</b>	<b>1.727</b>	<b>1.397</b>	<b>550</b>

FONTE: Rosenberg, Lia. Educação e Desigualdade Social, op. cit. tab. 57.

O fato desses alunos necessitarem contribuir para o orçamento familiar, ainda em idade precoce, constitui um dos indicadores do seu baixo nível sócio-econômico. A existência de maior proporção de alunos carentes no período noturno foi constatada por Rosenberg nesse trabalho e confirmada pelas informações obtidas no Estudo da Implantação da Escola de oito anos, que, investigando fatores ligados à seletividade social na escola básica, incluiu indagações a respeito dos cursos noturnos nas entrevistas que fez com diretores das escolas da rede estadual, no que diz respeito a fatores ligados a sua estrutura e funcionamento.

Segundo a opinião desses diretores, as maiores diferenças de nível sócio-econômico entre a clientela do diurno e do noturno verificam-se nas escolas não-carentes<sup>7</sup>. Essas escolas estão localizadas geralmente em zonas mais centrais, atendendo a uma clientela, na sua maioria, de classe média. Os alunos mais pobres dirigem-se ao período da noite, sendo que, freqüentemente, é a proximidade em relação aos locais de trabalho que justifica a procura por essas escolas. Nas escolas carentes, ainda que se possa encontrar alunos das famílias mais pobres estudando à noite, a diferença não é tão acentuada, já que uma parcela deles é constituída pelos irmãos maiores daqueles que estudam durante o dia, e que trabalham em emprego regular para ajudar no orçamento doméstico.

No estudo citado sobre a relação entre origem social, condições da escola e rendimento escolar, foram encontrados índices mais elevados de repetência entre os alunos do noturno, como se pode verificar a seguir.

A autora observa que os altos índices de aprovação na 8ª série, tanto diurna (89,8%) como noturna (87,8%), devem-se ao caráter terminal desta série. Os professores, reconhecendo a importância para o aluno da conquista do diploma, tenderiam a ser mais complacentes, aprovando-os em maior número. É interessante notar, por outro lado, que a proporção de alunos no noturno aumenta da 5ª série à 8ª, ocorrendo o inverso no período diurno. Isso se deve provavelmente às trans-

ferências dos alunos mais velhos deste período, provavelmente por dois motivos: a necessidade de trabalhar mais regularmente não lhes dá outra alternativa para continuar estudando, senão a de freqüentar os cursos noturnos; além disso, em tais cursos há menores exigências quanto ao rendimento escolar, o que facilitaria a trajetória daqueles que sentem maior dificuldade no prosseguimento dos estudos.

**TABELA 2**

**AMOSTRA DE MATRICULADOS NAS ESCOLAS  
ESTADUAIS SEGUNDO RESULTADO FINAL  
POR TURNO E SÉRIE NA GRANDE SÃO PAULO,  
1977 (5ª a 8ª)**

SÉRIE	ALUNOS APROV.	DIURNO	N (100%)	NOT.	N (100%)
5ª		81,3	673	68,8	154
6ª		79,3	588	72,4	199
7ª		84,7	321	77,2	215
8ª		89,8	215	87,8	205

FONTE: Rosenberg, Lia, in op. cit. - Tabela 21.

A propósito, é interessante verificar que o fato de estarem ou não trabalhando parece interferir decididamente no rendimento de tais alunos. Segundo a mesma fonte, se a porcentagem de promoção compreende 77,4% dos alunos que trabalham no curso noturno, ela se eleva para 84,2% entre os que não trabalham e freqüentam o mesmo período.

No estudo sobre a Escola de Oito Anos, ao lado das informações mais objetivas sobre a origem social dos alunos, grande parte dos diretores fez também considerações que revelam uma tendência a encarar de maneira muito negativa os cursos noturnos, o que se manifesta sobretudo quando se referem à clientela que, em última análise, tende a ser culpabilizada pelo mau desempenho escolar.

Assim, foi freqüente que qualificassem os alunos como rebeldes, baderneiros, marginais e outros adjetivos depreciativos. Em suas observações geralmente havia críticas contundentes à clientela, segundo eles, composta de alunos que se, por um lado, se rebelavam contra as normas disciplinares da escola, por outro, se mostravam apáticos e desinteressados pelos conteúdos pedagógicos.

A maioria dos sujeitos entrevistados afirmou que os alunos do noturno produzem menos, são reprovados em maior número e se evadem mais freqüentemente que

<sup>7</sup> Utilizando dados de pesquisa realizada em 1977 sobre o nível sócio-econômico dos alunos do 1º Grau das escolas estaduais, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo passou a adotar uma classificação interna das escolas da rede, distinguindo entre as que recebem alunos predominantemente provenientes das camadas de baixa renda (escolas carentes) e as que recebem clientela mais diversificada quanto à origem social (não-carentes).

os alunos do diurno. Alguns, no entanto, se mostraram sensíveis às dificuldades que esses alunos têm para estudar, apontando como causa do baixo rendimento escolar o cansaço causado pelo trabalho diário, a má alimentação e a falta de tempo para estudar.

Em percentuais menores, aparecem respostas de diretores que atribuem aos alunos do noturno, maior interesse pelos estudos. Isso se daria, em virtude de suas más condições de vida, o que faria com que adquirissem consciência da necessidade de obter o comprovante de escolaridade básica, como meio de melhorar suas possibilidades de trabalho. Em outros casos, os dados obtidos indicam que as expectativas que eles têm de melhoria de vida, através da escolarização, não estão associados a um interesse maior pelos estudos, o que leva a crer que as dificuldades encontradas para estudar muitas vezes não permitem uma conciliação entre suas aspirações e as possibilidades que têm de realizá-las.

Se, como afirma Rosenberg, o fracasso escolar expresso em repetência e evasão está associado à origem social do aluno, há também um peso específico das condições escolares oferecidas aos alunos e que pode alterar significativamente o destino escolar da clientela de nível sócio-econômico mais baixo.

Ocorre que o fato desses cursos abrigarem alunos das camadas mais pobres da população não tem levado a medidas capazes de produzir alterações significativas no sentido de atender aos interesses e necessidades da clientela que estuda à noite.

As informações colhidas no Estudo sobre a Escola de Oito Anos, oferecem muitas evidências a respeito do funcionamento mais precário da escola à noite. As dependências extra-classes, já raras na rede oficial de ensino são, em muitas escolas, de uso restrito dos alunos do período diurno.

As poucas bibliotecas existentes apresentam-se, na maioria das vezes, precariamente organizadas, em diversos casos constituindo verdadeiro depósito de livros, de difícil utilização pelos alunos, já que não existem bibliotecários ou outros funcionários capazes de orientar as consultas.

No período da noite, o número de bibliotecas em funcionamento fica ainda mais reduzido, visto que não há funcionários que se encarreguem delas. Quanto às quadras de esportes, raras vezes possuem iluminação, o que impede sua utilização pelos alunos do noturno.

Outro problema detectado sobre o funcionamento da escola de 1º Grau, refere-se à não distribuição da merenda para os alunos do noturno. É comum que estes se dirijam diretamente à escola, após o trabalho, sem que tenham tempo ou dinheiro para se alimentar antes do início das aulas. Como à noite não há merendeira na escola, os alimentos não são distribuídos a esses alunos. Somente em algumas poucas escolas, os diretores passaram a se utilizar desse expediente visando a melhorar o rendimento dos alunos.

A falta de funcionários à noite ocorre de maneira generalizada. Foram freqüentes as queixas dos diretores a respeito da falta de vigias, serventes e pessoal administrativo. Os próprios diretores, em muitos casos mostraram-se pouco dispostos a permanecer na escola durante a noite e, se o fazem, é porque os problemas de disciplina,

entrada de pessoas estranhas, denúncias de tráfico de tóxicos, e até mesmo perigo de depredações do estabelecimento, exigem que estejam presentes. De modo geral pode-se dizer que as classes noturnas ficam exclusivamente entregues aos professores e seus alunos.

Também foram mencionadas as dificuldades que os professores têm no seu trabalho, já que, do mesmo modo que os alunos, estão cansados à noite, depois de inúmeras aulas durante o dia. O difícil acesso às escolas mais carentes, os problemas de falta de segurança apresentados pela localização, a extensão da jornada de trabalho à noite, a remuneração pouco compensadora, a instabilidade no emprego também se apresentam como obstáculos que dificultam a formação de um quadro de professores mais estável na escola, contribuindo para que apresentem um trabalho de qualidade inferior, sobretudo no período noturno.

O excesso de alunos por classe também contribui para que os alunos não apresentem melhor rendimento. Dados a esse respeito foram analisados por Leme<sup>8</sup>, indicando a associação entre superlotação das classes e período noturno. Esses dois elementos tenderiam a estar presentes nas escolas que atendem aos alunos das camadas mais pobres da população, agravando as dificuldades de aprendizagem.

A rigidez no cumprimento do horário de entrada do período noturno é outro dos problemas existentes nos cursos noturnos e que foi levantado por alunos, no estudo de Carvalho. Também na 34ª Reunião da SBPC realizada em 1982, alunos presentes à Seção de Comunicações Coordenadas sobre a Questão dos Cursos Noturnos, apontaram para a necessidade de maior flexibilidade no horário de entrada, dadas as perdas freqüentes da primeira aula, por motivos de trabalho. Isso acarreta, em muitos casos, a falta em todas as aulas do dia.

No 1º Seminário de Estudos para Melhoria dos Cursos Noturnos de 1º e 2º Graus<sup>9</sup>, apontou-se para as deficiências e inoperâncias desses cursos. Segundo os participantes do seminário, com base em pesquisas feitas em escolas da região, esses problemas se expressam em carências de toda ordem, desde a precariedade das instalações escolares até a inadequação dos currículos, programas e metodologia à realidade da clientela. Em percentuais significativos, constatou-se que os alunos dormem durante as aulas, "fogem" antes da última aula, abandonam a escola já no fim do primeiro semestre, ou então até outubro, e que, dos que restam, aproximadamente 50% conseguem ser aprovados.

A atitude dos professores, em relação a alunos tão problemáticos, tende a ser de maior condescendência face às exigências pedagógicas. Afirmam os diretores que

8 LEME, Hebe Guimarães. "Alguns apontamentos e reflexões acerca dos cursos noturnos dos 1º e 2º Graus da Rede Estadual de Ensino", Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional (ATPCE), Secretaria de Estado da Educação — São Paulo, agosto 1981.

9 1º Seminário de Estudos para Melhoria dos Cursos Noturnos de 1º e 2º Graus. Promoção: Federação de Associações do Menor e outras entidades, Campinas, SP, 1979.

os professores mostram-se menos exigentes porque se sensibilizam com a situação dos alunos do noturno. A maneira como se processa essa maior tolerância fica a critério dos professores que procuram adaptar a programação (o que na maioria das vezes é uma simples redução do conteúdo previsto), ou então não dão tarefa para casa, procurando não sobrecarregar os alunos. Ocorre que a maior parte dos diretores não conseguiu explicitar como se manifesta esse tratamento diferenciado em relação aos alunos do noturno. Não há uma orientação aos professores no sentido de adequar o ensino às condições objetivas de aprendizagem apresentadas pelos alunos, do mesmo modo que não há esforços no sentido de reconhecer a validade da sua experiência pessoal na proposta educacional que é levada a cabo nesses cursos. Assim, Carvalho constata, através de depoimentos dos alunos, que estes, sendo capazes de atender às exigências requeridas pelas tarefas executadas no local de trabalho, não são, no entanto, capazes de cumprir as expectativas que se têm deles na escola, evidenciando a distância entre as duas atividades.

Quando indagados sobre eventuais providências a seu alcance tomadas com o fito de melhorar o rendimento dos alunos, os diretores limitaram-se a enunciar medidas de caráter muito vago, levando a crer que não oferecem impacto capaz de levar à alteração de um quadro tão complexo. Não existem sequer percentuais significativos de respostas que possam conferir relevância a alguma medida. Percebe-se, pela diversidade com que elas se apresentam, que a escola tem se mostrado incapaz de apresentar soluções concretas para os problemas apresentados, particularmente pelos cursos noturnos. Os recursos mais utilizados, as tradicionais conversas com os alunos, seja em tom de aconselhamento, seja em tom de advertência, como se sabe são muito pouco eficazes para encaminhar questões que, escapando à alçada dos alunos, têm a ver diretamente com a própria estrutura e funcionamento de tais cursos.

A insatisfação manifesta pelos diretores chega a assumir, nos casos mais extremados, características de resistência à existência dos cursos noturnos. Alguns chegam a argumentar, sutilmente, que não há demanda suficiente que justifique sua criação, quando, muitas vezes, isso não corresponde à realidade, dado que alunos, ainda com idade de freqüentar os cursos regulares, têm se dirigido ao supletivo em vista da impossibilidade de freqüentar a escola durante o dia.

Quando apresentam alguma justificativa para uma postura de omissão em relação aos problemas do curso noturno, os diretores reportam-se à ausência de infraestrutura na escola e ao baixo nível sócio-econômico dos alunos, que não oferecem condições propícias para mudanças. Outros deixam a critério dos professores a resolução das dificuldades, ou ainda argumentam que não têm tempo para se ocupar delas, mostrando que não

estão sensibilizados pela questão.

Não se quer com isso, culpabilizar os diretores pelos problemas verificados nos cursos noturnos, visto que a estrutura da escola acaba por penalizar a todos os que nela estão envolvidos. É verdade que a intensidade com que isso se verifica atinge de maneira diferente os sujeitos e, nessa estória, os maiores prejudicados são os alunos.

A extinção dos cursos noturnos, tal como vem sendo proposta por alguns segmentos da rede, ou como vem ocorrendo, de modo velado, em muitas unidades de ensino, como decorrência das dificuldades relativas ao seu funcionamento, longe de resolver a questão da escolarização desses setores da população, agravaria, a nosso ver, os problemas por eles enfrentados para continuar estudando.

Os cursos supletivos, aventados como alternativa para esses casos, implicariam em forçar parcelas da população a um retardo injustificável em termos de escolaridade. Além de ficarem sem escolarização regular na idade a que têm direito, esses alunos seriam onerados duplamente pelo fato de terem de pagar posteriormente pelo ensino condensado e de pior qualidade, oferecido pelos cursos particulares, dado que praticamente não existe no Estado oferta de cursos supletivos públicos e gratuitos. Por outro lado, mesmo supondo que fossem criados cursos supletivos públicos em substituição aos regulares, o aligeiramento dos conteúdos a que eles necessariamente são forçados, por si só, já seria razão suficiente para contraíndicá-los, visto que implicariam num empobrecimento real da oferta de ensino atualmente existente.

Assim, se se quer propor medidas visando a beneficiar efetivamente esses alunos, impõe-se uma revisão das causas ligadas à inoperância dos cursos noturnos no que se refere à duração que eles devem ter, visto que a carga horária diária parece sobrecarregar em demasia tanto os funcionários quanto, e principalmente, os próprios alunos, proposta que deve estar ligada a uma cuidadosa revisão do currículo e da metodologia ora utilizados. Quanto à infra-estrutura é importante assegurar a permanência de funcionários em número suficiente para assegurar o bom funcionamento das aulas e a utilização das dependências e outros recursos destinados ao enriquecimento das atividades dos alunos, bem como a melhoria das condições de trabalho dos professores.

Propostas dessa ordem, certamente não seriam suficientes como solução dos problemas complexos que envolvem a situação do estudante que trabalha e que extrapolam o âmbito escolar, mas se forem capazes de permitir a conclusão da escolaridade básica para essa camada, das mais sacrificadas da sociedade, se constituirão em fatores de democratização do ensino.